

CONGRESSO GESTÃO PÚBLICA

REGULAÇÃO | TRIBUTAÇÃO | DESENVOLVIMENTO
NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CONTEMPORÂNEA





III Edição

Com grande entusiasmo, apresentamos esta revista como uma prévia do III Congresso Nacional de Gestão Pública, cujo tema central, “Regulação, Tributação e Desenvolvimento na Administração Pública Contemporânea”, reflete o compromisso com a transformação da administração pública no Brasil. Este evento reunirá especialistas, gestores e acadêmicos em um ambiente propício à reflexão, troca de experiências e construção de soluções inovadoras para os desafios contemporâneos.

Sob a orientação de uma comissão científica impecável, o Congresso foi planejado para promover discussões aprofundadas sobre temas fundamentais, como inovação, sustentabilidade e os impactos da transformação digital na gestão pública. A programação traduz o compromisso com a excelência e a constante busca por práticas que transformem a administração pública em um instrumento mais eficiente e alinhado às necessidades da sociedade.

Esperamos que esta publicação inspire ideias e contribua para o fortalecimento do diálogo em torno da construção de um futuro mais ético, moderno e sustentável para a gestão pública brasileira.

Zilmar Santana de Assis

Academia Brasileira

Diretor de Projetos

Objetivo do Congresso

PÚBLICO EM GERAL - Destinado a explorar soluções inovadoras e estratégias eficazes, este importante encontro foca no aprimoramento da administração pública. Com atenção especial aos desafios da gestão de recursos humanos e financeiros, oferece oportunidade única para líderes e profissionais compartilharem experiências, conhecimentos e melhores práticas. O objetivo é promover a melhoria contínua dos serviços públicos e a otimização da gestão fiscal e administrativa em diferentes esferas governamentais.

ESPECIAL PARA UNIVERSITÁRIOS - Voltado para estudantes interessados em administração pública, o evento proporciona uma experiência enriquecedora. Durante as atividades, os participantes terão acesso às complexidades aos desafios da gestão pública, além de práticas inovadoras e estratégias eficazes aplicadas no setor. Também oferece oportunidades valiosas de networking e aprendizado, preparando os futuros profissionais para o mercado de trabalho.

ESPECIAL PARA EMPRESAS QUE ATUAM NO SETOR PÚBLICO - Ideal para empresários que negociam com entidades governamentais, o fórum se posiciona como uma plataforma essencial. Ele oferece acesso a conhecimentos aprofundados sobre políticas e práticas emergentes na administração pública. Essa imersão facilita a compreensão dos processos administrativos governamentais, fortalece redes estratégicas e permite a identificação de novas oportunidades de negócios no setor público.

ESPECIAL PARA O SETOR FINANCEIRO - Com foco em finanças, o evento visa disseminar estratégias inovadoras para aprimorar a gestão fiscal nos entes governamentais. Por meio de palestras e discussões, os participantes serão capacitados com as tendências mais recentes e as melhores práticas em orçamentação, controle fiscal e otimização de recursos. Além de promover um ambiente colaborativo de troca de experiências, o evento busca oferecer soluções práticas para os desafios financeiros, contribuindo para a sustentabilidade e eficiência fiscal de Estados e Municípios.



WEDER OLIVEIRA

Ministro do Tribunal de Contas da União desde 2008. Doutor e Mestre em Direito, Universidade de São Paulo (USP). Especialista em Economia pela George Washington University, Estados Unidos. Especialista em Engenharia de Produção de Petróleo, Petrobras/Universidade Federal da Bahia (UFBA). Graduado em Direito, Universidade de Brasília (UnB). Graduado em Engenharia Civil, Universidade Federal de Goiás (UFG). Autor de dezenas de publicações na área de Administração Pública e Orçamento. Professor no Instituto Brasiliense de Direito Público – IDP. Autor de diversos livros.

DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES

Ministro do Tribunal Superior do Trabalho. Doutor em Direito Constitucional (PUC/SP), Mestre em Direito das Relações Sociais (PUC/SP), pós-graduado em Direito Constitucional pela Universidade de Brasília (UnB). Professor dos cursos de graduação e pós-graduação do Centro Universitário IESB. Autor de diversas obras.



COMISSÃO CIENTÍFICA

BRASÍLIA 2025



LEANY BARREIRO DE SOUSA LEMOS

Pós-doutora em Ciência Política pelas Universidades de Oxford e Princeton (Oxford-Princeton Global Leader Fellow, 2009-2011). Doutora em Estudos Comparativos das Américas (2005) e Mestre em Ciência Política (1998), ambos os títulos pela Universidade de Brasília (UnB). Foi Secretária de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal (2015-2018) e do Rio Grande do Sul (2019-2020), onde também coordenou o Comitê de Dados no Combate ao COVID19. Foi Diretora de Operações e Presidente do Banco de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) (2020-2022) e Lemann Fellow of Practice 2022, na Blavatnik School of Government, Universidade de Oxford. Atualmente é Secretária Nacional do Planejamento, no Ministério do Planejamento e Orçamento.

JOÃO TRINDADE CAVALCANTE FILHO

Doutor em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo (USP), é mestre em Constituição e Sociedade pelo Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP). Além de advogado, é Consultor Legislativo do Senado Federal, com atuação na área de Direito Constitucional, Administrativo e Processo Legislativo. É professor de Direito Constitucional dos cursos de Graduação e Pós-Graduação.



RAFAEL RODRIGUES PESSOA DE MELO CAMARA

Advogado e Consultor Legislativo do Senado Federal, com atuação na área de Direito Constitucional, Administrativo e Processo Legislativo. Ex-Procurador Federal, foi Procurador-Chefe na Procuradoria Federal no Estado do Mato Grosso e Coordenador do Núcleo Administrativo, com atuação em Direito Regulatório, Licitações e Contratos Públicos, Direito Ambiental, Execução Fiscal e Matérias Relacionadas a Servidores Públicos.



HOMENAGEADO DO III CONGRESSO

A realização de eventos em homenagem a personalidades de destaque do universo político e institucional brasileiro constitui uma das celebradas tradições acadêmicas contemporâneas. Além de destacar os méritos do homenageado, indicando-o como modelo para as jovens e futuras gerações, tais eventos também representam excelentes oportunidades para a produção de um rico debate científico sobre temas atuais e complexos e que estão vinculados às linhas de atuação institucional e de pesquisa acadêmica do homenageado. Nesta terceira edição do Congresso Nacional de Gestão Pública, presta-se justa e merecida homenagem a um dos mais destacados atores institucionais da atualidade, o Ministro Gilmar Ferreira Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF). Nascido em 30 de dezembro de 1955 em Diamantino, Mato Grosso, o Ministro Gilmar Mendes é um dos mais proeminentes juristas da história do STF. Graduado em Direito pela Universidade de Brasília (UnB), instituição em que concluiu também o mestrado em Direito e Estado no ano de 1987, o Professor Gilmar deu continuidade a seus estudos na Universidade de Münster, na Alemanha, obtendo também os títulos de mestre e doutor em Direito, entre os anos de 1988 e 1990.

Ao longo de sua carreira, Gilmar Mendes ocupou diversos cargos públicos, com destaque para os cargos de Procurador da República (1985-1988), de Consultor Jurídico da Secretaria-Geral da Presidência da República (1991-1992) e de Advogado-Geral da União (2000-2002). Em 2002, foi nomeado Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, tendo exercido a presidência

dessa corte entre 2008 e 2010, período em que também comandou o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Ao longo de sua carreira como Magistrado, Gilmar Mendes tem se notabilizado pelo compromisso intransigente com a defesa do constitucionalismo democrático, responsável e consequente, pautado no diálogo amplo e saudável entre direito, economia e política. Sua atuação no STF



tem influenciado significativamente a interpretação e a aplicação da Constituição Federal, consolidando princípios democráticos e assegurando a proteção dos direitos fundamentais no Brasil.

É considerado um dos maiores juristas de todos os tempos, que pensa o constitucionalismo para além da dogmática, considerando-o meio de realização de valores humanos e ideal de conformação política do Estado.

Sua larga experiência na teoria e na prática da



GILMAR FERREIRA MENDES
Ministro do Supremo Tribunal Federal

Gestão Pública brasileira também é notável. Fazendo jus à honrosa linhagem de personagens como Epitácio Pessoa e Nelson Jobim, Gilmar Mendes pertence ao seletivo grupo de brasileiros que conhece profundamente o funcionamento dos três Poderes da

República. Enquanto Procurador da República, assessorou o Doutor Sepúlveda Pertence, então Procurador-Geral da República. Também teve destacada atuação na assessoria do então Deputado Nelson Jobim durante os trabalhos da revisão constitucional, transitando, em seguida, pelo Poder Executivo, como Subchefe para Assuntos Jurídicos da Casa Civil e como Advogado-Geral da União.

No STF, relatou e participou do julgamento de centenas de casos absolutamente relevantes para a Administração Pública brasileira. Destacam-se questões relativas a fornecimento de medicamentos de alto custo, greve de servidores públicos, prisão do depositário infiel e status normativo supralegal dos tratados de direitos humanos, penas perpétuas no Direito Administrativo, financiamento de campanhas eleitorais por pessoas jurídicas, entre diversos outros casos de significativo relevo.

Por sua longa, reconhecida e prolífica carreira acadêmica, profissional e institucional, a Comissão Científica do 3º Congresso Nacional de Gestão Pública sente-se honrada em homenagear o Ministro Gilmar Ferreira Mendes, dando continuidade às homenagens anteriormente prestadas aos notáveis e celebrados Ministros Antônio Augusto Anastasia (1º Congresso) e José Múcio Monteiro (2º Congresso).

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES*

QUINTA-FEIRA 29/MAIO/2025

8h30 - Coffee Break

9h - Cerimônia de Abertura

Ministro do STF Gilmar Mendes

Ministro do TST Douglas Alencar Rodrigues

Ministro do TCU Weder de Oliveria

Procurador Geral da República Paulo Gonet

Governador do Estado de Mato Grosso Mauro Mendes

Governador do Distrito Federal Ibaneis Rocha

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso

Presidente do Tribunal de Contas do Distrito Federal

Dra Leany Barreiro de Sousa Lemos

Dr. João Trindade Cavalcante Filho

Gestão Pública repartida entre Judiciário, Legislativo e Executivo

Homenagem e Fala do Homenageado Ministro do STF Gilmar Mendes

11h - Palestra Magna: Perspectivas e Desafios da Gestão Pública para a próxima década

Presidente de Mesa:

Dr. Manoel de Andrade, Presidente do TCDF

Palestrante:

Ministro Antônio Anastasia, TCU

12h - Intervalo para Almoço

14h - PaineI - Meio ambiente, igualdade de gênero e responsabilidade social: o ESG na Administração Pública

Presidente de mesa:

Dr. Victor Marcel, Consultor Legislativo do Senado Federal

Expositores:

Dr. JHC, Prefeito de Maceió (AL)

Dra. Ilana Trombka, Diretora Geral do Senado Federal

Dr. Amon Mandel, Deputado Federal do Amazonas

15h30 - Intervalo para Coffee Break

16h - PaineI - Desafios da gestão municipal e estadual

Presidente de mesa:

Dra. Janaína Riva, Deputada Estadual de Mato Grosso

Expositores:

Dr. Ney Ferraz, Secretário de Economia do GDF

Dr. Farid Madi, Prefeito de Guarujá

18h - Encerramento

SEXTA-FEIRA 30/MAIO/2025

8h30 - Credenciamento

9h – Painel III - Regulamentação da Reforma Tributária: desafios e perspectivas

Presidente de mesa:

Dra Ana Maraíza de Sousa Silva, Secretária de Administração do Governo de Pernambuco

Expositores:

Dr. Francisco Sérvulo Freire Nogueira, Secretário de Economia do Estado de Goiás

Dr. Eduardo Braga, Senador pelo Estado do Amazonas

Dr. Aguinaldo Ribeiro, Deputado Federal da Paraíba

Dr. Alexandre Horta, Diretor Executivo da ABIR

10h - Intervalo para Coffee Break

10h30 – Painel IV - Fontes de Financiamentos para o Setor Público

Presidente de mesa:

Dr. João Trindade Cavalcante Filho, Consultor Legislativo do Senado Federal

Expositores:

Dr. Walter Baère de Araújo Filho, Diretor Jurídico do BNDES

Dr. Marcel Guimarães, Consultor Legislativo do Senado Federal

12h - Intervalo para Almoço

14h – Painel V - Controle, eficiência e inovação na Gestão Pública

Presidente da Mesa:

Dr. Eduardo Pedrosa, Deputado Distrital

Palestrantes:

Ministro Weder de Oliveira, TCU

Dr. Fernando Leite, Diretor Presidente da NOVACAP

15h30 - Intervalo para Coffee Break

16h – Mesa de debates: Judicialização de políticas públicas

Presidente de mesa:

Dr. Alisson Carvalho de Alencar, Procurador-geral do MPC do Mato Grosso

Palestrantes:

Ministro André Mendonça, STF

Ministro Mauro Campbel, STJ e Corregedor Nacional de Justiça

Dra. Inês Maria dos Santos Coimbra, Procuradora Geral do Estado de São Paulo

17h30 - Encerramento

(*) Os palestrantes, mediadores e expositores foram convidados e podem sofrer alterações devido a compromissos de agenda.



DIZ MINISTRO DA DEFESA

“É difícil cumprir a lei no país. Somos desiguais e a lei diz que somos iguais. O que é igual aqui? Somos um país continental com uma só Constituição. Temos cinco países no Brasil. A oportunidade no Norte é igual no Centro Oeste? O país foi estruturado pela Corte portuguesa, onde tínhamos a Corte e as províncias. Quando faltava na Corte, as províncias tinham que prover. Será que o pobre no Nordeste é igual no Sul?”

Para exemplificar seu posicionamento, o ministro contou o episódio de um médico do Rio de Janeiro, responsável pela UTI neonatal de uma unidade hospitalar do estado. Ele seria condenado no Tribunal de Contas da União (TCU), órgão do qual o ministro fazia parte, porque determinou que fosse comprado um medicamento, sem a realização de licitação, que foi determinante para salvar as vidas dos bebês que estavam internados.

Houve um surto dentro da UTI e só com essa vacina, que estava em falta na unidade, é que seria possível evitar as mortes. Mesmo infringindo a lei, o médico não titubeou.

“O TCU foi atrás dele e ele seria condenado por unanimidade por ter descumprido a lei. Nós ministros estávamos preparados para condenar no plenário. O relator do acórdão o condenava por todos os motivos. Ao votar, fomos surpreendidos. Ele como médico foi fazer sua defesa e disse que se não tivesse descumprido a lei, todas as crianças da UTI teriam morrido. Afirmou que foi educado para salvar vidas e nós preparados para cumprir a lei. Disse que sairia condenado com um prêmio porque salvou vidas e estava cumprindo o papel dele de médico. Foi absolvido por unanimidade. Não tivemos coragem de contrapor”, contou.

O ministro ressalta que o maior desafio da vida do gestor público, que é ordenador de despesa, é a lei mandar fazer o que o sentimento não quer fazer e por vezes o sentimento é mais forte. *“Decisões de gestores públicos de regiões diferentes algemados para que decisões fossem iguais. Somos obrigados a sermos iguais. Isso é absolutamente injusto tratar desiguais como iguais. Temos culinária, cultura, etnia diferentes, mas a Constituição Federal diz que somos os mesmos perante a lei”, analisou.*

O ministro ainda considerou que os Estados Unidos deram certo porque cada estado tem sua Constituição. Ressaltou que a Alemanha tem o tamanho do Mato Grosso do Sul e conta com 18 Constituições. Apesar de citar modelos de países que lidam com diversas normativas, não defendeu que o modelo adotado no Brasil seja revisto.

“Precisamos ter consciência somos reféns das nossas desigualdades. Os gestores têm que tomar decisões que o sentimento contraria para não serem penalizados. No país cabe a consciência de cada um a fazer a sua parte”.

[continue lendo ...](#)



MINISTRO JOSÉ MÚCIO É HOMENAGEADO NO II CONGRESSO NACIONAL DE GESTÃO PÚBLICA

A segunda edição do Congresso Nacional de Gestão Pública escolheu como personalidade para ser homenageada por todos os serviços prestados ao país o ministro da Defesa José Múcio Monteiro. Coube ao procurador-geral da República, Paulo Gonet Branco realizar o tributo, que destacou como predicados de Monteiro o fato de ser pacificador, conciliador, ponderado e trabalhar com responsabilidade pela paz e o bem comum.

“A segurança material, ou seja, a tranquilidade de que haverá paz, de que poderemos sair às ruas sem medo, de que estaremos seguros em relação a ataques vindos do exterior, seguros em relação a ofensas, incursões violentas de terceiros em nossas vidas, essa segurança é tão importante quanto a jurídica. E o Congresso é feliz em homenagear um homem responsável pela segurança material, que é o ministro da Defesa. Ele assegura que tenhamos tranquilidade, tem o monopólio do uso da força a favor do Estado e o tem utilizado pelo bem público. São poucos os que tem essa integridade, esse talento, essa vocação para exercer essa tarefa. É um grande nome que temos para nossa felicidade e está investido dessa função”, destacou.

Das mãos de Gonet, o ministro recebeu uma placa com os seguintes dizeres:

“Em reconhecimento à distinta e exemplar carreira dedicada ao serviço público brasileiro, esta placa é concedida com admiração e respeito por sua incansável dedicação e compromisso com o desenvolvimento do nosso país. Sua liderança e integridade no exercício de suas funções têm sido fundamentais para o progresso das políticas de defesa e segurança nacional, influenciando positivamente a vida de milhares de brasileiros”.

[continue lendo ...](#)





BRASIL PRECISA DE UMA MUDANÇA RADICAL EM DIREÇÃO À BOA GOVERNANÇA PÚBLICA, AFIRMA MINISTRO

O ministro do Supremo Tribunal Federal, André Mendonça, realizou a palestra de abertura do segundo dia de programação do II Congresso Nacional de Gestão Pública. O painelistas se dedicou a fazer uma análise comparativa de dados relativos ao Brasil e países como Dinamarca, Estados Unidos, Chile e Paraguai para constatar se o país goza ou não de boa governança. Para o ministro, o Brasil conta com baixos índices de governança e baixos indicadores de controle de corrupção, assim como índices insuficientes de desenvolvimento humano, educação e renda per capita aquém do seu potencial.

A análise foi realizada observando dados computados pelo Banco Mundial, que traz seis indicadores de governança pública, dados das Organizações das Nações Unidas (ONU), que realiza levantamentos relativos aos índices de desenvolvimento humano e da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

(OCDE), que administra o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA). *“O Brasil precisa de uma mudança radical em direção a boa governança pública. Faz-se indispensável que todos os agentes políticos, servidores, membros da Justiça assumam o compromisso efetivo, que nós assumamos e pratiquemos atos no sentido de preservar a relação de confiança que a sociedade depositou em cada um de nós. Precisamos adotar e executar políticas públicas eficazes, respeitar as leis, os contratos, as obrigações assumidas, a garantia do ideal da segurança pública, combater a corrupção, garantir a transparência, a liberdade de expressão, a participação social, na construção e monitoramento das políticas públicas”,* alertou o ministro.

Integrante do quadro de professores do programa de Doutorado da Universidade de Salamanca, na Espanha, na área de Direito e Governança Global desde 2018, o ministro estuda há

pelo menos 12 anos a temática. E apresentou o estudo sobre a qualidade da governança do Brasil pela primeira vez durante o II Congresso Nacional de Gestão Pública, realizado pela Academia Brasileira de Formação e Pesquisa (ABFP), em Brasília.

O Banco Mundial compila dados desde o ano de 1996. E o Brasil atualmente está mais mal avaliado em todos os seis pilares do que no início da série histórica.

Esses pilares são voz e responsabilidade (percepção de até que ponto os cidadãos de um país podem participar na seleção de seu governo, bem como liberdade de expressão, liberdade de associação e mídia livre), Estabilidade Política (percepção da probabilidade de o governo ser desestabilizado ou derrubado por meios inconstitucionais ou violentos, incluindo violência e terrorismo com motivação política), Eficácia do governo

RETROSPECTIVA EDIÇÃO 2024



(percepção da qualidade dos serviços públicos, a qualidade do serviço civil e o grau de sua independência das pressões políticas, a qualidade da formulação e implementação de políticas e a credibilidade do compromisso do governo com o governo), Qualidade Regulatória (percepção da capacidade do governo de formular e implementar políticas e regulamentos sólidos que permitam e promovam o desenvolvimento do setor privado), Estado de direito (percepção da medida em que os agentes confiam e respeitam as regras da sociedade e, em particular, a qualidade da execução de contratos, os direitos de propriedade, a polícia e os tribunais, bem como a probabilidade de crime e violência) e Controle da Corrupção.

[continue lendo ...](#)



Brasília

A capital do Brasil, Brasília, é uma cidade única, projetada para simbolizar modernidade e integração nacional. Situada no coração do país, sua arquitetura marcante e urbanismo inovador, concebidos por Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, refletem um equilíbrio entre funcionalidade e beleza. Brasília é o centro político-administrativo do Brasil, abrigando os principais órgãos governamentais, como o Palácio do Planalto, o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal. Além disso, com suas largas avenidas, áreas verdes e monumentos icônicos, é um exemplo de planejamento urbano que inspira visitantes e moradores, consolidando-se como um marco da identidade brasileira.

ABFP - CONTATO

EMAIL : CONTATO@ABFP.COM.BR

INSTAGRAM: [@ABFP2020](https://www.instagram.com/ABFP2020)

WEB: WWW.ABFP.COM.BR

WHATSAPP: 61 98174 0035

TELEPHONE: 61 3521-5344

iiicongressogp.com.br